

Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real*

*Flávio Benevett Fligenspan***

Os anos 90 têm trazido profundas mudanças para a economia brasileira, seja pela abertura comercial acelerada, seja pela conseqüente adoção de um novo paradigma de produção. A partir do Plano Real em 1994, o quadro de alterações que vinha se desenhando tornou-se ainda mais intenso, devido aos efeitos da estabilidade da moeda — objetivo tão perseguido e tão ansiosamente aguardado pela sociedade — e ao processo de valorização cambial.

Um ambiente de tantas transformações num curto espaço de tempo pode ser visto sob diferentes ângulos, sempre com nuances interessantes. Do ponto de vista das relações com o resto do Mundo, por exemplo, constituem-se como temas importantes os casos de entrada de investimento estrangeiro direto em vários setores e de alterações do fluxo de comércio internacional. No que se refere às questões domésticas, muitos são os temas que suscitam análise, porém, pela sua natureza e suas implicações, o da evolução da ocupação e dos rendimentos tem gerado amplo e caloroso debate.

A proposta deste artigo é fazer uma análise dessa evolução no Brasil durante o período do Plano Real, tendo como referência básica as informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.¹ Dentre os vários cortes analíticos disponíveis na PME, optou-se por usar a classificação de acordo com

* Este artigo foi confeccionado com informações geradas pela pesquisa Investigação sobre um Novo Ciclo de Crescimento no Brasil, desenvolvida na UFRGS, com o apoio financeiro da FAPERGS. Colaborou no tratamento estatístico das informações o acadêmico de Ciências Econômicas, Anderson Luís Schneider, bolsista da PROPESQ/UFRGS.

** Professor da UFRGS.

O autor agradece as sugestões dos colegas Eduardo A. L. Maldonado Filho e Maria Isabel H. da Jornada e os comentários do Professor Otaviano Canuto, comentarista da Mesa do III Encontro Nacional de Economia Política, realizado em Niterói – RJ, em junho de 1998, na qual este artigo foi apresentado.

¹ Todas as informações originais da PME sobre ocupação e rendimentos sofreram um tratamento de ajuste sazonal.

a “posição na ocupação”, pelo fato de ela revelar um fenômeno central do ajuste do mercado de trabalho nos últimos anos: a diminuição da participação do emprego formal na estrutura do mercado de trabalho e as conseqüentes implicações sobre a variável rendimentos.

A próxima seção dedica-se ao estudo da ocupação e é o ponto de partida da análise, que tem prosseguimento com o exame dos rendimentos médios na seção subsequente. A evolução da massa de rendimentos, sempre respeitando a classificação por posição na ocupação, é o foco da quarta seção. Por fim, a conclusão reúne as observações anteriores, para projetar a possibilidade de aumento da excludência nos próximos anos, no Brasil.

1 - Ocupação: o avanço da informalidade

Após várias décadas de crescimento industrial baseado no que Fajnzylber chamou de protecionismo frívolo, a adaptação forçada — e acelerada — da economia brasileira ao novo paradigma de produção tem trazido as mais diversas conseqüências, em geral danosas, para a organização dos mercados nacionais. A busca por aumentos de produtividade que propiciem melhores condições de competição num espaço cada vez mais internacionalizado tem levado a profundas modificações nas estruturas das cadeias produtivas e na organização das empresas — tanto na área administrativa como na operacional. Assim como vários elos das cadeias têm se perdido em prol do abastecimento estrangeiro com custos compensadores, também têm sido cortados níveis hierárquicos e postos de trabalho.

Como se não bastassem as conseqüências das mudanças estruturais, a vulnerabilidade trazida pela natureza de planos de estabilização como o Real tem imposto, de tempos em tempos, ajustes conjunturais, em geral de caráter contracionista, redundando também em perda de vagas.

O fato é que, seja pelo ajuste estrutural, que já dura quase uma década, seja pelas vicissitudes da administração do Plano Real, o mercado de trabalho tem sofrido abalos importantes e sistemáticos, a ponto de fazer com que a questão da ocupação assuma lugar de destaque no debate recente das ciências sociais no Brasil.



Tomando-se as informações da PME para as seis regiões metropolitanas regularmente pesquisadas, a evolução do contingente de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada bem mostra os dois tipos de ajuste comentados anteriormente. A chamada reestruturação industrial atingiu diretamente esse

tipo de relação de trabalho, que cada vez cede mais espaço para outras formas, seguindo a lógica e o discurso genérico e escorregadio da “flexibilização”. Entre julho de 1994, quando da implantação do novo padrão monetário, e abril de 1998, os trabalhadores com carteira sofreram uma redução de vagas de 1,6%.

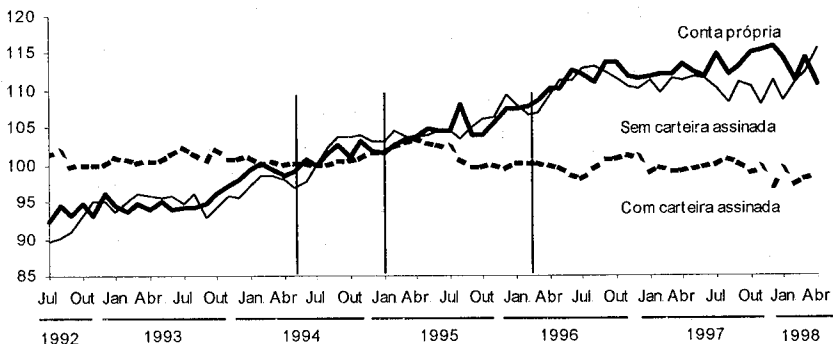
Essa diminuição de postos de trabalho reflete, por um lado, o descolamento do emprego formal em relação à evolução do PIB e, por outro, as oscilações da conjuntura, como a contração de aproximadamente um ano da economia, verificada a partir de meados de 1995, em resposta à crise desencadeada pelo México no final de 1994.

O Gráfico 1 ilustra essa evolução, evidenciando um incremento da ocupação com carteira no período inicial do Plano Real — pelo aquecimento da atividade no segundo semestre de 1994 —, a retração de 1995 até a metade de 1996, quando se atingiu o segundo ponto mais baixo da série, e a quase-estabilidade a partir de então até novembro de 1997. Os meses de dezembro de 1997 e fevereiro de 1998 apresentam os índices mais baixos da série, o que pode ser considerado como uma resposta à contração proposta pelo Governo a partir da crise internacional do segundo semestre de 1997.

É importante observar que, independentemente da dificuldade de identificação das causas como estruturais ou conjunturais, a série completa do Gráfico 1 mostra uma queda de 2,9% no índice de ocupação com carteira num período de menos de seis anos.

Gráfico 1

Índice do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação, com ajuste sazonal no Brasil — jul./92-abr./98



FONTE: Tabela 3.

Continuando o exame do Gráfico 1, observa-se que a curva dos ocupados sem carteira de trabalho assinada apresenta uma evolução bem diferenciada em relação à anterior. Ela aponta um crescimento que se manteve desde 1992 até meados de 1996, quando atingiu seu ponto mais elevado, estabilizando-se a partir daí. Tomando-se apenas o período do Plano Real, de julho de 1994 a abril de 1998, a expansão das vagas sem carteira foi de 15,7%.²

Já a categoria das pessoas ocupadas por conta própria teve expansão consistente desde o segundo semestre de 1993 até outubro de 1996, quando passou a um comportamento estável. Novamente, analisando-se apenas a partir do Plano Real, houve um crescimento de 10,8% no número de ocupados por conta própria.



Uma análise do desempenho da categoria dos ocupados com carteira, representando o emprego formal, *versus* o do somatório das outras duas categorias, aqui tratadas como atividades informais, revela parte dos ajustes do período do Plano Real. Um deles, já evidenciado nos parágrafos anteriores, através das variações percentuais, refere-se à realocação de vagas desde julho de 1994, com perda de postos de trabalho formal em favor dos demais. Em números absolutos, ajustados sazonalmente, a perda é de aproximadamente 125 mil postos formais, muito mais do que compensada por incrementos de, respectivamente, 577 mil e 361 mil postos nas categorias sem carteira e por conta própria. O diferencial de 813 mil vagas (entre as vagas criadas na informalidade e as perdidas no mercado formal) dá conta da agressividade do ajuste e colocou em destaque o debate sobre precarização do mercado de trabalho, uma expressão que passou a ser discutida freqüentemente pela sociedade, através da imprensa.

É interessante observar que o ajuste mais forte se deu especificamente no período de contração da economia, entre o segundo trimestre de 1995 e o segundo trimestre de 1996. Nesse espaço de pouco mais de um ano, a curva dos com carteira caiu acentuadamente, correspondendo a uma supressão de 409 mil empregos, enquanto as outras duas curvas reagiram "positivamente". Com efeito, houve uma elevação de 333 mil postos sem carteira e 275 mil por conta própria. Claro está que os dois movimentos não podem ser vistos isoladamente, mas, sim, de forma conjunta, com o repasse de vagas do mercado formal para o informal. Isto é, a informalidade serviu como refúgio para os trabalhadores que

² Na realidade, o mês de abril de 1998 apresentou um incremento atípico da ocupação sem carteira, já que os meses anteriores mostravam uma elevação entre 10% e 12% em relação a julho de 1994.

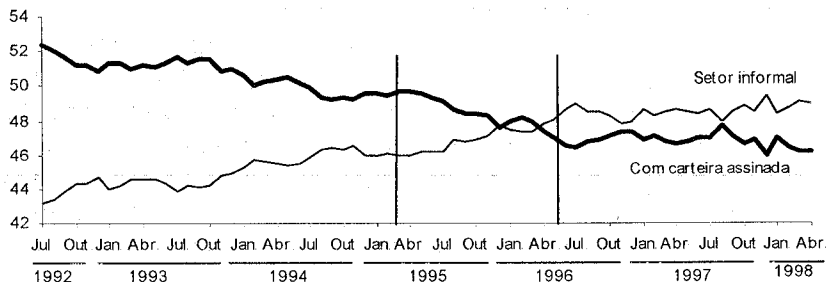
perderam seus vínculos com carteira. Se esse já era um ajuste observado antes do período crítico de 1995, conformou-se como uma alternativa desesperada, quando a crise se intensificou.



Para melhor visualizar o avanço da informalidade e o recuo das ocupações com carteira, construiu-se o Gráfico 2, no qual as curvas expressam a participação percentual das categorias em relação ao somatório das pessoas ocupadas pesquisadas pela PME. O gráfico é bastante claro, mostrando que o movimento de diminuição de participação dos postos formais e aumento dos informais vem desde o início do período estudado — julho de 1992 — e intensifica-se justamente no momento de contração da economia, quando as curvas aumentam suas inclinações. Por coincidência, e tornando o desenho do gráfico mais contundente, é nesse mesmo momento que as duas curvas se cruzam e a participação da categoria com carteira passa a ser menor, relação que se manteve até abril de 1998, quando o número de pessoas na informalidade atingiu 49,0% do total pesquisado, e o contingente de pessoas com carteira baixou para 46,2%.³

Gráfico 2

Participação percentual dos grupos no total da população ocupada no Brasil — jul./92-abr./98



FONTE: Tabela 4.

NOTA: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e por conta própria.

³ O complemento para 100% é dado pela participação da categoria empregadores.

O crescimento do número de ocupados na informalidade pode ser visto por ângulos distintos. Pelo lado dos trabalhadores, a entrada no mercado informal não representa uma opção, obviamente, mas uma alternativa de sobrevivência com rendimentos menores e sem proteção social. Do ponto de vista das empresas que empregam pessoas sem registro, trata-se de uma tentativa de fuga dos chamados encargos trabalhistas⁴. Já para o Estado, o significado mais imediato é a perda de receita advinda dos verdadeiros encargos.

É interessante registrar que o avanço da informalidade gera questões curiosas, como nas circunstâncias em que se relacionam agentes formais e informais na economia. Assim, por exemplo, o comércio perde seus referenciais técnicos no momento de conceder crédito a pessoas que não têm comprovação de renda. As grandes redes de lojas de departamentos identificaram, no ambiente geral de aumento da inadimplência no ano de 1997, uma incidência maior de registros em regiões mais típicas de trabalho informal. Esse é o caso das áreas que apresentam incremento sazonal de população, como as de produção primária, em época de colheita.

2 - Rendimentos e redistribuição

A análise da evolução dos rendimentos no período do Plano Real é um tema que se presta à controvérsia, seja pelo seu caráter político, seja pelas tecnicidades envolvidas. Uma das questões relevantes no debate remonta ao lançamento da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994, e à conversão compulsória dos salários para essa “moeda indexada”.

Como é possível recordar, a passagem dos salários, anteriormente denominados em cruzeiros reais, para URV deu-se de acordo com a média dos valores reais dos últimos quatro meses, isto é, novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994. Com isso e de acordo com a regra de correção diária da URV, os formuladores da política econômica afirmavam que os salários estariam preservando seu poder de compra médio anterior e, simultaneamente, protegidos da inflação até a vigência da nova moeda. O argumento foi até mesmo

⁴ Nos últimos anos, tem havido um debate intenso sobre a questão dos encargos, no qual o ponto mais polêmico é a avaliação a respeito do peso que eles têm sobre o salário registrado na carteira. Alguns autores têm superestimado esse peso, considerando encargos itens que compõem o salário, como férias, por exemplo. O certo é que, independentemente do debate, as empresas que contratam sem registro na carteira burlam a lei e diminuem seus custos.

usado eleitoralmente no primeiro semestre de 1994, e muito se discutiu a respeito de os salários estarem ou não preservados com o esquema da URV. Membros da equipe econômica chegaram a “provar matematicamente” que a URV estava imune à inflação, visto que ela própria era uma média de índices de inflação.

Dado que a sociedade brasileira não tem tradição de debater temas áridos com a paciência e o conhecimento técnico necessários, a polêmica teve vida curta. O fato é que a URV era realmente uma média de índices de inflação, porém índices **passados**. Assim, a correção dos salários dava-se de acordo com uma inflação que já havia ocorrido. Logo, se a inflação se elevasse num determinado mês, a URV não captava esse incremento no mesmo mês, e todos os preços indexados a ela perdiam valor real. A hipótese apregoada pelos gestores do Plano Real, de manutenção do poder de compra dos salários, somente se verificaria se a taxa de inflação se mantivesse constante nos sucessivos meses. Como isso não ocorreu, pode-se dizer que houve inflação em URV, redundando em perda para todos os rendimentos fixados nessa unidade.



A discussão anterior está aqui colocada para embasar o debate sobre a evolução dos rendimentos durante o Plano Real. Isto porque, quando se consideram como parte do período de avaliação os quatro meses de vigência da URV, os ganhos festejados pela equipe governamental se reduzem de forma sensível. Intencionalmente ou não, as taxas usualmente difundidas sobre os ganhos de rendimentos durante o Plano Real tomam como ponto de partida o mês de julho de 1994, a partir do qual passou a vigor a nova moeda. Dessa forma, desaparece o período da URV, que foi de perdas. Ainda que, para a maioria das variáveis tradicionalmente usadas na análise econômica, se possa considerar acertada a escolha de julho como um ponto de referência, no caso dos rendimentos essa opção envolve um viés. Para evitá-lo, parece razoável tomar como ponto de partida o momento anterior à URV, pois, para essa variável — rendimentos —, o Plano Real começou compulsoriamente antes do nascimento da nova moeda.

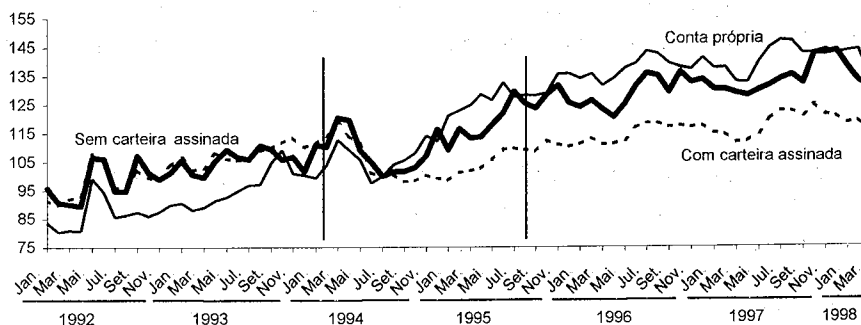
Se é esse o critério adotado, uma medida coerente ao se escolher um ponto de referência para verificar os ganhos do Plano Real é usar a mesma fórmula adotada para converter os salários para URV, ou seja, a média dos rendimentos reais dos quatro meses anteriores a março de 1994.

O Gráfico 3 ilustra a importância do que se vem discutindo. Nele, observa-se que as curvas de rendimentos das várias categorias apresentaram uma leve ascensão antes da vigência da URV, tiveram quedas significativas com ela e retomaram, acentuadamente, os ganhos nos primeiros dois anos do Plano Real,

até julho de 1996.⁵ Apenas para se ter uma idéia geral, o total da população ocupada teve um ganho de rendimentos de 18,2% no intervalo de tempo entre os quatro meses que serviram de base para a conversão à URV — tomando-se seu valor médio — e julho de 1996. Se a mesma comparação fosse feita a partir de julho de 1994, elidindo, portanto, o período de perda da URV, a elevação chegaria a 28,7%. É claro que as duas taxas são elevadas, mas não é desprezível a diferença de 10 pontos percentuais entre elas.

Gráfico 3

Índice do rendimento médio real, por posição na ocupação, com ajuste sazonal no Brasil — jan./92-mar./98



FONTE: Tabela 5.

Uma segunda observação deve ser feita a partir do Gráfico 3. Trata-se do estancamento dos ganhos de rendimentos a partir do segundo semestre de 1996. A explicação para a interrupção desses ganhos não pode deixar de considerar que, a partir de julho de 1996, houve mudança da regra de correção dos salários, que deixaram de ter reajuste automático pela inflação do período anterior e passaram a ser negociados entre patrões e empregados. Considerando-

⁵ É importante lembrar que o salário mínimo, que ainda funcionava como uma forte referência para os outros rendimentos, teve uma elevação real de mais de 20% entre julho de 1994 e maio de 1995.

-se que o crescimento da economia havia sido travado em 1995, em função dos efeitos da crise no México, e que avançava cada vez mais o processo de reestruturação, as condições dessa negociação não foram favoráveis aos trabalhadores. Desde meados de 1996 até o final da série, não houve alteração significativa de rendimentos para as várias categorias estudadas, alternando-se períodos de perda e de recuperação.

Ainda que as curvas não mostrem uma tendência definida desde meados de 1996, é possível especular a respeito do esgotamento dos ganhos de rendimentos do Plano Real. Isto porque a taxa de desemprego elevada e crescente pressiona os rendimentos para baixo. A ausência de expectativas favoráveis de crescimento da economia no curto prazo, aliada à adoção de um processo de reestruturação industrial cruel com os trabalhadores, apenas reforça a hipótese de uma pressão negativa sobre os rendimentos.

É importante lembrar que, justamente a partir de julho de 1996, se retirou qualquer tipo de indexação dos salários, deixando "ao mercado" a decisão sobre os níveis de remuneração. Considerando-se que as condições de mercado não estão favoráveis aos trabalhadores e que a inflação, ainda que baixa para os padrões brasileiros, continua fazendo seu papel de corroer valores reais, o quadro negativo para os salários completa-se.

Os últimos levantamentos do DIEESE sobre os resultados dos dissídios já mostram os efeitos desse novo ambiente de negociação. Cada vez menos categorias conseguem repor integralmente a inflação passada, diminuem as chamadas cláusulas sociais e ganha força a participação nos lucros e resultados, uma das várias formas de flexibilizar salários. O levantamento a respeito do número e da natureza das greves também indica uma mudança, pois tem diminuído a ocorrência de greves, e a reivindicação salarial tem menor incidência como justificativa delas.



A análise da evolução dos rendimentos reais por categoria mostra que, tal como no caso da ocupação, os trabalhadores com carteira assinada foram os que colheram os piores resultados com o Plano Real. Com efeito, desde a passagem de 1993 para 1994, quando da conversão dos salários para a URV, até março de 1998, a categoria com carteira obteve ganho de 2,7%, bastante inferior aos 21,6% e 32,1%, respectivamente, das categorias sem carteira e por conta própria.

Esses desempenhos diferenciados levaram à diminuição da distância original entre os rendimentos do pessoal empregado no mercado formal e os das outras duas categorias. Assim, por exemplo, se durante os quatro meses usados para conversão à URV, a remuneração média dos trabalhadores sem carteira correspondia a 66,9% da remuneração média dos com carteira assinada,

já em março de 1998 esse percentual alcançava 79,2%. Quando se faz o mesmo tipo de comparação entre os ocupados por conta própria e os com carteira, os percentuais evoluem de 67,4% para 86,7%.

As observações dos parágrafos anteriores dão conta de um fenômeno significativo do período do Plano Real, especialmente nos seus dois primeiros anos. Trata-se da redistribuição de rendimentos do trabalho em favor dos mais pobres, uma vez que as categorias com remuneração média menor foram as que obtiveram maiores ganhos. A elevação dos rendimentos e a redistribuição são a base para se explicar as mudanças do padrão de consumo que se verificaram no período. Contudo não se deve perder de vista que essa redistribuição se fez **apenas** em relação à massa de rendimentos do **trabalho**, pois, quando se consideram todas as fontes de rendimentos, o que ocorreu nos últimos anos foi um processo de concentração de renda no Brasil.⁶

3 - Expansão e estabilidade da massa de rendimentos

Tendo feito a discussão anterior sobre ocupação e rendimentos, é interessante observar como se comportou a massa de rendimentos ao longo do período estudado. O primeiro fato a destacar é que, para as três categorias analisadas, a curva da massa de rendimentos apresenta um formato muito semelhante ao da curva de rendimentos, isto porque, conforme se verificou, a ocupação cresceu bem menos que a remuneração.⁷

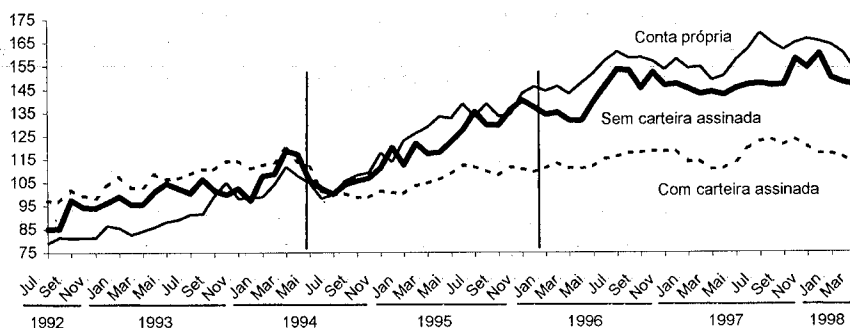
Assim, como se pode ver no Gráfico 4, as curvas de massa têm uma leve expansão pré-URV, queda durante os quatro meses de vigência da URV, e uma ascensão consistente nos dois primeiros anos do Plano Real, até meados de 1996. Daí para a frente, da mesma forma como ocorre com os rendimentos, as curvas de massa apresentam períodos de queda, alternados com outros de recuperação. Para se ter uma avaliação global, a massa de rendimentos do total da população ocupada cresceu 20,3% entre os quatro meses anteriores à URV — seguindo o mesmo critério usado para verificar o incremento dos rendimentos — e março de 1998.

⁶ Conforme informações divulgadas pelo IBGE em dezembro de 1997, a partir do novo Sistema de Contas Nacionais, desde 1993 até 1996 caiu a participação do trabalho no PIB e aumentou a parcela dos lucros (PARTICIPAÇÃO..., 1997, p.2-5).

⁷ Deve-se lembrar que, no caso específico dos trabalhadores com carteira, houve até mesmo uma pequena redução de vagas.

Gráfico 4

Índice da massa de rendimentos, por posição na ocupação, com ajuste sazonal no Brasil — jul./92-mar./98



FONTE: Tabela 6.

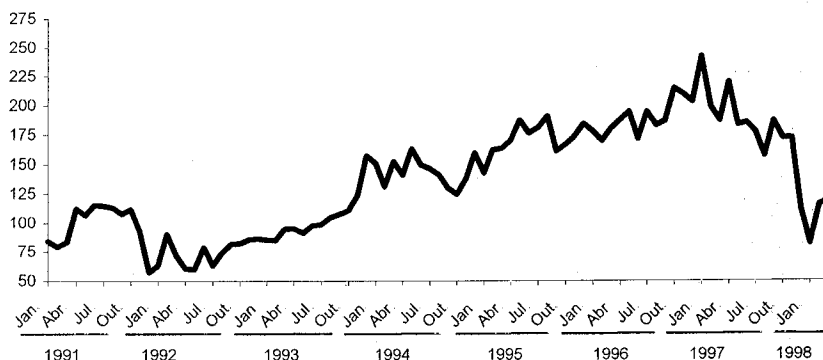
Ainda que não se tenham elementos para definir uma tendência clara desde o segundo semestre de 1996, a mesma expectativa pessimista que se tinha para rendimentos é apropriada em relação à massa. E os motivos repetem-se, isto é, um frágil crescimento econômico leva a uma tímida expansão do mercado de trabalho, que, aliada ao processo de reestruturação, pressiona negativamente a remuneração. Isso permite trabalhar com a hipótese de que os ganhos do Plano Real foram importantes, promoveram modificações significativas no padrão de consumo — sobretudo das camadas de mais baixa renda — e, em consequência, alteraram diversas variáveis ligadas à produção industrial e ao comércio; mas ter-se-iam esgotado a partir do segundo semestre de 1996.

É importante observar que muitas empresas, até mesmo de grande porte, não perceberam esse esgotamento e continuaram produzindo, no caso da indústria, e estocando, no caso do comércio, como se a expansão de massa dos dois primeiros anos do Plano Real fosse continuar. O caso dos eletroeletrônicos representa um bom exemplo desse erro de planejamento, pois, entusiasmados com os resultados anteriores, indústria e comércio acabaram gerando estoques elevados na passagem de 1996 para 1997. Apenas para se ter uma noção de grandeza, a produção excedente de televisores, e a consequente geração de estoques superdimensionados, ultrapassou a marca de um milhão de unidades nesse período, o que representa um percentual próximo de 15% da produção anual.

O Gráfico 5 ilustra a evolução da produção de eletroeletrônicos. Nele, pode-se observar um crescimento elevado da produção entre julho de 1994 e janeiro de 1997 (65,3%), que entusiasmou as empresas do setor e induziu-as ao erro de planejamento. Quando a curva de massa de rendimentos parou de crescer na segunda metade de 1996, a demanda por bens de consumo duráveis encolheu, e a produção sofreu um ajuste pesado. A partir de janeiro de 1997, a curva voltou-se para baixo, com forte inclinação, apresentando uma queda de 50,8% da produção entre esse mês e o final da série, em março de 1998.

Gráfico 5

Índice da produção física da indústria de aparelhos receptores de TV, rádio e equipamentos de som, com ajuste sazonal no Brasil — jan./91-mar./98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL (1991/1998).
Rio de Janeiro : IBGE.

O que se viu logo após foi uma tentativa de se livrar do custo de carregamento dos estoques elevados — especialmente diante de taxas de juros elevadas — via promoções de preços, que chegaram a causar atritos entre indústria e comércio, com a acusação de que o exagero das ofertas nas lojas estaria prejudicando a imagem das marcas junto aos consumidores. Outra consequência foi a forte queda de resultados das redes de lojas de eletroeletrônicos, que se traduziu em casos conhecidos de expressiva diminuição dos preços de suas ações negociadas na Bolsa. A magnitude do erro de planejamento foi tão grande que, diante da estabilidade da massa de rendimentos e da elevação dos juros e da inadimplência, até o início de 1998 ainda se consideravam elevados os estoques.

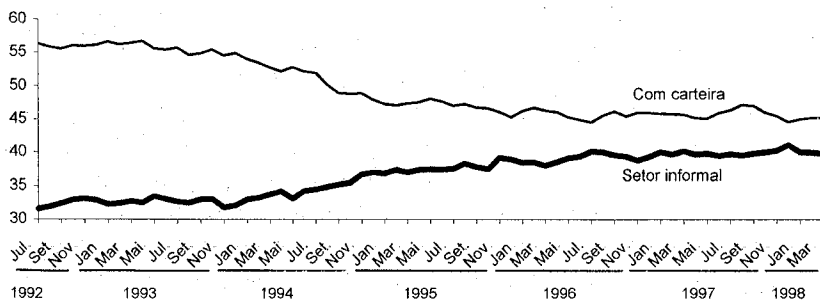
A análise da evolução da massa de rendimentos por categoria mostra, novamente, um desempenho medíocre, ainda que positivo, para os trabalhadores com carteira assinada. Tomando-se como base a média dos quatro meses usados para conversão dos salários para a URV — novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 — e verificando-se a evolução da massa até março de 1998, chega-se a uma taxa de 0,1%, que representa um balanço entre variações positiva dos rendimentos e negativa da ocupação.

Já as categorias vinculadas às ocupações informais tiveram aumentos significativos da massa, ambos justificados mais pelas variações dos rendimentos e menos pelo aumento da ocupação, conforme se verificou nas seções anteriores. Os percentuais de aumento da massa chegam a 41,0% no caso dos sem carteira e 52,7% para os ocupados por conta própria.

Os desempenhos diferenciados entre a categoria dos com carteira e as categorias dos trabalhadores considerados informais têm contribuído para a diminuição da participação dos primeiros no total da massa de rendimentos, conforme se pode observar no Gráfico 6. É claro que esse movimento não está restrito ao Plano Real; ele pode ser visualizado desde o início do período estudado, quando o pessoal com carteira detinha 56,3% do total da massa e as duas categorias informais chegavam a 31,6%. Já em março de 1998, esses percentuais haviam evoluído para, respectivamente, 45,2% e 39,8%.

Gráfico 6

Participação percentual dos grupos no total da massa de rendimentos da população ocupada no Brasil — jul./92-mar./98



FONTE: Tabela 7.

NOTA: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e por conta própria.

4 - Conclusão

As observações das seções anteriores permitem concluir que os trabalhadores com carteira assinada foram os menos beneficiados pelo Plano Real, tanto porque sofreram diminuição de vagas, como porque conseguiram apenas pequenos ganhos de rendimentos reais. Em troca, aumentou o número de trabalhadores sem carteira e dos que exercem atividade por conta própria, sendo que ambas as categorias obtiveram expressivas elevações de rendimentos. O avanço da informalidade ficou demonstrado nos gráficos que tratam da participação no total dos postos de trabalho e no total da massa de rendimentos.

No que se refere ao esgotamento da expansão dos rendimentos e da massa de rendimentos, deve-se observar que, além da expectativa ruim quanto ao crescimento da economia nos próximos anos, o que geraria um número pequeno de novos postos de trabalho, pressionando a remuneração, há que se considerar também os aspectos qualitativos da questão. Isto porque um crescimento, ainda que lento, poderia gerar expansão do mercado de trabalho. Porém a necessidade de se aumentar a competitividade dos produtos brasileiros tem forçado ganhos de produtividade, geralmente obtidos com queima de postos de trabalho e crescente exigência de qualificação da mão-de-obra.

O quadro que começa a se vislumbrar permite construir a hipótese de que, num futuro próximo, o incremento de vagas esteja diretamente relacionado à qualificação dos trabalhadores. Por sua vez, essa relação guarda um vínculo direto com a remuneração média desses trabalhadores mais bem educados e treinados. Ora, a se confirmar essa hipótese, rapidamente se assistiria a crescimentos diferenciados de massa de rendimentos, de acordo com a capacidade dos diferentes estratos profissionais de encontrarem espaços no novo mercado que se conforma. A consequência mais importante desse processo é que, em poucos anos, se teria um aumento da concentração de renda, tanto em caráter geral como estritamente em relação aos rendimentos do trabalho, o que abriria um fosso social e um grau de exclusão ainda maior que o atual. A pergunta que se coloca, tão ingênua quanto bem intencionada, é se o modelo se viabiliza, do ponto de vista econômico, com uma situação de crescente exclusão? Infelizmente, o passado recente da economia brasileira mostra que sim, a despeito do aumento da tensão social e da insatisfação de parcelas cada vez maiores da sociedade.

Tabela 1

Número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Brasil — jul /92-abr /98

(1 000 pessoas)

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1992					
Jul.	14 943	7 741	3 288	3 099	666
Ago.	15 025	7 752	3 302	3 166	667
Set.	14 883	7 611	3 336	3 120	664
Out.	15 039	7 631	3 418	3 177	661
Nov.	15 050	7 624	3 486	3 123	657
Dez.	15 185	7 630	3 490	3 226	675
1993					
Jan.	15 193	7 718	3 441	3 170	696
Fev.	15 163	7 697	3 489	3 146	675
Mar.	15 194	7 653	3 526	3 178	670
Abr.	15 137	7 667	3 520	3 152	649
Mai.	15 149	7 666	3 507	3 190	650
Jun.	15 181	7 730	3 519	3 151	652
Jul.	15 265	7 822	3 480	3 163	680
Ago.	15 256	7 760	3 524	3 158	675
Set.	15 073	7 701	3 403	3 178	648
Out.	15 262	7 796	3 461	3 222	639
Nov.	15 289	7 697	3 517	3 260	653
Dez.	15 270	7 702	3 506	3 292	625
1994					
Jan.	15 422	7 709	3 564	3 332	642
Fev.	15 413	7 625	3 616	3 364	646
Mar.	15 387	7 667	3 612	3 329	628
Abr.	15 315	7 641	3 592	3 310	628
Mai.	15 324	7 662	3 560	3 323	626
Jun.	15 415	7 662	3 582	3 374	653
Jul.	15 483	7 638	3 668	3 354	644
Ago.	15 630	7 622	3 758	3 402	672
Set.	15 761	7 683	3 810	3 439	676
Out.	15 706	7 665	3 805	3 387	690
Nov.	15 764	7 695	3 811	3 459	652
Dez.	15 810	7 753	3 781	3 411	697
1995					
Jan.	15 814	7 767	3 781	3 409	699
Fev.	15 951	7 815	3 836	3 442	707
Mar.	15 954	7 850	3 802	3 466	694
Abr.	16 035	7 892	3 808	3 481	695
Mai.	16 052	7 866	3 819	3 516	685
Jun.	16 067	7 848	3 832	3 507	703
Jul.	16 038	7 792	3 833	3 502	744
Ago.	15 977	7 687	3 797	3 625	710
Set.	15 857	7 604	3 850	3 490	747
Out.	15 881	7 601	3 892	3 489	739
Nov.	15 962	7 623	3 906	3 540	719
Dez.	16 114	7 588	4 011	3 607	746
1996					
Jan.	16 101	7 651	3 966	3 605	730
Fev.	16 072	7 656	3 919	3 614	718
Mar.	16 144	7 655	3 920	3 645	745
Abr.	16 287	7 625	4 011	3 694	764

(continua)

Tabela 1

Número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Brasil — jul /92-abr /98

(1 000 pessoas)

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
Maio	16 353	7 603	4 084	3 698	788
Jun	16 350	7 528	4 086	3 781	764
Jul	16 292	7 483	4 141	3 756	731
Ago	16 400	7 591	4 150	3 721	755
Set	16 573	7 689	4 128	3 815	748
Out	16 532	7 699	4 094	3 814	749
Nov.	16 494	7 726	4 055	3 747	788
Dez.	16 417	7 691	4 043	3 745	753
1997					
Jan	16 275	7 560	4 087	3 750	718
Fev.	16 323	7 606	4 028	3 758	746
Mar	16 364	7 572	4 090	3 759	762
Abr	16 398	7 572	4 085	3 808	770
Maio	16 405	7 593	4 101	3 771	766
Jun	16 364	7 614	4 095	3 749	742
Jul	16 386	7 630	4 041	3 849	716
Ago	16 286	7 687	3 971	3 762	709
Set	16 388	7 650	4 071	3 800	710
Out	16 365	7 555	4 057	3 864	722
Nov	16 316	7 583	3 961	3 871	739
Dez	16 277	7 416	4 087	3 887	738
1998					
Jan	16 291	7 578	3 985	3 831	743
Fev	16 144	7 427	4 072	3 732	765
Mar.	16 377	7 484	4 119	3 830	764
Abr.	16 424	7 513	4 246	3 715	778

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992/1998) Rio de Janeiro - IBGE

NOTA: Dados com ajuste sazonal.

Tabela 2

Rendimento médio real, por posição na ocupação, no Brasil — jan /92—mar /98

(R\$ de julho de 1994)

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1992					
Jan.	316,53	337,56	246,82	230,39	825,49
Fev.	305,05	330,90	233,70	221,38	757,77
Mar.	308,58	338,74	232,21	223,01	751,91
Abr.	313,60	342,85	230,69	222,50	864,17
Mai	369,77	397,99	274,44	273,63	999,13
Jun.	359,02	386,62	273,58	260,41	978,45
Jul.	325,91	353,83	244,54	235,99	889,50
Ago.	326,38	352,43	244,40	238,06	899,16
Set.	348,10	377,24	276,58	240,74	943,71
Out.	334,62	367,08	261,23	236,95	838,25
Nov.	332,42	363,88	255,30	240,94	824,58
Dez.	347,79	382,77	261,23	247,85	848,88
1993					
Jan.	354,94	392,86	272,20	249,67	860,62
Fev.	341,84	376,13	259,38	242,90	871,58
Mar.	340,86	379,36	256,82	245,49	833,73
Abr.	357,75	398,86	271,88	252,05	897,01
Mai	357,57	391,16	281,90	255,69	909,15
Jun.	359,69	389,09	275,22	261,36	965,52
Jul.	359,72	391,37	273,08	266,95	946,17
Ago.	373,88	402,10	285,67	268,00	1102,08
Set.	377,88	405,20	282,49	288,60	1076,16
Out.	381,59	412,05	272,73	301,21	1056,78
Nov.	386,09	418,38	275,34	278,89	1243,17
Dez.	374,87	406,42	262,38	276,80	1193,23
1994					
Jan.	380,00	410,69	286,08	274,59	1192,24
Fev.	388,91	420,45	284,45	286,45	1237,41
Mar.	414,19	439,36	310,59	310,80	1383,14
Abr.	400,04	420,26	308,32	301,40	1340,86
Mai	389,88	410,89	281,51	291,92	1355,17
Jun.	354,99	373,28	270,53	269,32	1147,68
Jul.	351,44	368,74	258,01	275,95	1151,70
Ago.	360,38	370,39	262,11	287,19	1253,89
Set.	360,03	361,73	262,27	291,09	1332,73
Out.	358,23	362,81	265,91	298,28	1295,01
Nov.	370,71	370,27	276,26	314,79	1291,22
Dez.	372,64	365,77	300,13	308,98	1284,21
1995					
Jan.	373,45	363,62	281,46	333,89	1362,56
Fev.	384,05	373,44	300,49	339,30	1364,23
Mar.	386,37	375,36	292,17	343,98	1400,30
Abr.	388,38	378,70	293,02	354,61	1364,43
Mai	395,89	389,44	303,96	349,22	1344,98
Jun.	412,42	403,26	314,55	365,93	1408,45
Jul.	413,75	404,32	334,15	352,54	1390,34
Ago.	410,92	402,71	323,57	354,00	1330,30
Set.	408,50	400,39	318,77	353,85	1345,20
Out.	421,41	414,08	331,18	355,97	1453,10
Nov.	422,38	409,38	339,84	374,31	1387,11
Dez.	418,43	406,41	323,67	374,72	1437,47

(continua)

Tabela 2

Rendimento médio real, por posição na ocupação, no Brasil — jan./92—mar./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
(R\$ de julho de 1994)					
1996					
Jan.	419,72	409,22	320,07	370,16	1415,93
Fev.	425,96	416,73	325,97	374,45	1406,54
Mar.	419,41	409,28	317,98	363,05	1415,62
Abr.	417,79	409,86	310,70	370,06	1359,30
Mai	422,59	414,22	322,97	379,58	1370,56
Jun.	439,79	430,26	339,18	384,29	1484,40
Jul.	452,19	436,63	350,61	396,21	1539,71
Ago.	443,78	436,53	348,36	393,56	1387,13
Set.	433,84	431,50	333,25	384,27	1363,23
Out.	446,19	433,37	351,52	380,61	1483,26
Nov.	436,35	430,92	342,32	378,85	1391,79
Dez.	438,32	433,61	344,51	389,52	1410,64
1997					
Jan.	431,05	424,02	335,97	379,79	1377,64
Fev.	430,63	422,38	335,64	380,40	1367,81
Mar.	417,10	411,38	332,55	366,38	1262,76
Abr.	421,96	412,55	330,08	365,80	1358,65
Mai	432,09	422,32	335,18	385,62	1397,19
Jun.	445,46	440,99	339,01	399,60	1432,12
Jul.	455,27	452,13	345,03	405,90	1444,74
Ago.	451,92	451,61	349,02	405,21	1384,67
Set.	444,84	445,40	341,22	393,69	1343,87
Out.	463,21	459,48	367,85	394,18	1455,27
Nov.	454,52	446,63	368,07	397,39	1434,14
Dez.	454,33	445,10	370,05	393,38	1432,91
1998					
Jan.	450,00	435,45	355,40	395,58	1474,02
Fev.	445,61	438,71	342,93	396,91	1396,06
Mar.	431,18	425,25	336,88	368,72	1379,38

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992/1998). Rio de Janeiro: IBGE

NOTA: 1. Dados com ajuste sazonal.

2. Os dados de julho de 1992 a junho de 1994 foram deflacionados com base no INPC.

Tabela 3

Índice do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Brasil — jul./92-abr./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1992					
Jul.	96,51	101,35	89,63	92,40	103,31
Ago.	97,04	101,49	90,02	94,40	103,48
Set.	96,13	99,65	90,94	93,03	103,12
Out.	97,13	99,91	93,17	94,75	102,60
Nov.	97,21	99,82	95,03	93,11	101,98
Dez.	98,08	99,89	95,13	96,18	104,75
1993					
Jan.	98,13	101,05	93,81	94,51	108,08
Fev.	97,94	100,77	95,10	93,81	104,73
Mar.	98,13	100,19	96,12	94,76	103,98
Abr.	97,76	100,38	95,94	93,98	100,78
Mai	97,84	100,37	95,61	95,14	100,85
Jun.	98,05	101,20	95,94	93,97	101,26
Jul.	98,60	102,41	94,85	94,32	105,57
Ago.	98,54	101,59	96,06	94,16	104,68
Set.	97,35	100,82	92,77	94,77	100,54
Out.	98,58	102,06	94,36	96,09	99,23
Nov.	98,75	100,76	95,88	97,20	101,36
Dez.	98,62	100,83	95,58	98,15	97,03
1994					
Jan.	99,61	100,93	97,15	99,35	99,63
Fev.	99,55	99,82	98,58	100,30	100,26
Mar.	99,38	100,38	98,46	99,27	97,43
Abr.	98,92	100,04	97,92	98,69	97,49
Mai	98,98	100,32	97,05	99,08	97,13
Jun.	99,56	100,31	97,65	100,61	101,41
Jul.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago.	100,95	99,79	102,44	101,43	104,23
Set.	101,80	100,59	103,85	102,54	104,93
Out.	101,44	100,35	103,73	100,99	107,05
Nov.	101,82	100,74	103,89	103,14	101,20
Dez.	102,11	101,50	103,08	101,71	108,12
1995					
Jan.	102,14	101,68	103,08	101,65	108,40
Fev.	103,02	102,31	104,57	102,63	109,67
Mar.	103,04	102,78	103,65	103,35	107,72
Abr.	103,57	103,32	103,79	103,80	107,82
Mai	103,68	102,98	104,09	104,84	106,28
Jun.	103,77	102,74	104,47	104,57	109,14
Jul.	103,59	102,02	104,49	104,41	115,51
Ago.	103,19	100,64	103,50	108,08	110,26
Set.	102,41	99,55	104,96	104,08	115,99
Out.	102,57	99,52	106,08	104,03	114,72
Nov.	103,09	99,81	106,48	105,57	111,62
Dez.	104,08	99,34	109,32	107,57	115,83
1996					
Jan.	103,99	100,17	108,11	107,51	113,34
Fev.	103,81	100,23	106,82	107,76	111,42
Mar.	104,27	100,22	106,85	108,70	115,67
Abr.	105,19	99,83	109,34	110,14	118,62
Mai	105,62	99,54	111,32	110,26	122,27

(continua)

Tabela 3

Índice do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Brasil — jul./92-abr./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
Jun	105,60	98,55	111,37	112,75	118,57
Jul	105,22	97,97	112,88	112,01	113,40
Ago	105,92	99,38	113,13	110,95	117,19
Set	107,04	100,66	112,52	113,77	116,14
Out	106,77	100,79	111,60	113,72	116,25
Nov	106,53	101,14	110,53	111,74	122,34
Dez	106,04	100,69	110,22	111,68	116,80
1997					
Jan	105,12	98,97	111,42	111,81	111,43
Fev	105,43	99,57	109,80	112,05	115,73
Mar	105,69	99,13	111,48	112,09	118,32
Abr	105,91	99,13	111,34	113,56	119,56
Mai	105,96	99,41	111,79	112,46	118,85
Jun	105,69	99,68	111,62	111,79	115,17
Jul	105,83	99,90	110,15	114,77	111,14
Ago	105,19	100,64	108,26	112,17	109,96
Set	105,85	100,15	110,98	113,32	110,23
Out	105,70	98,91	110,60	115,24	112,11
Nov	105,38	99,28	107,97	115,42	114,73
Dez	105,13	97,09	111,41	115,92	114,55
1998					
Jan	105,22	99,21	108,63	114,23	115,25
Fev	104,27	97,23	111,00	111,29	118,75
Mar	105,77	97,98	112,28	114,21	118,63
Abr	106,08	98,37	115,73	110,78	120,81

FONTE: Tabela 1.

NOTA: Base jul /94 = 100.

Tabela 4

Participação percentual das categorias no total da população ocupada, no Brasil — jul./92-abr./98

ANOS E MESES	COM CARTEIRA ASSINADA	SEM CARTEIRA ASSINADA	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES	SETOR INFORMAL
1992					
Jul.	52,33	22,22	20,95	4,50	43,17
Ago	52,07	22,18	21,26	4,48	43,45
Set.	51,67	22,65	21,18	4,51	43,82
Out.	51,26	22,96	21,34	4,44	44,30
Nov.	51,20	23,41	20,97	4,41	44,38
Dez.	50,80	23,23	21,47	4,49	44,71
1993					
Jan.	51,37	22,90	21,09	4,64	44,00
Fev.	51,29	23,25	20,96	4,50	44,21
Mar.	50,93	23,46	21,15	4,46	44,61
Abr.	51,16	23,48	21,03	4,33	44,51
Mai	51,06	23,36	21,25	4,33	44,61
Jun.	51,35	23,38	20,93	4,33	44,32
Jul.	51,65	22,98	20,89	4,49	43,86
Ago	51,34	23,31	20,89	4,46	44,20
Set.	51,58	22,79	21,29	4,34	44,08
Out.	51,56	22,89	21,31	4,23	44,21
Nov.	50,88	23,25	21,55	4,32	44,80
Dez.	50,92	23,18	21,76	4,13	44,95
1994					
Jan.	50,56	23,37	21,85	4,21	45,23
Fev.	50,00	23,71	22,06	4,24	45,77
Mar.	50,32	23,71	21,85	4,12	45,56
Abr.	50,37	23,68	21,82	4,14	45,49
Mai	50,51	23,47	21,90	4,13	45,37
Jun.	50,17	23,46	22,09	4,28	45,55
Jul.	49,91	23,97	21,91	4,21	45,88
Ago	49,32	24,32	22,01	4,35	46,33
Set.	49,23	24,41	22,03	4,33	46,44
Out.	49,30	24,48	21,78	4,44	46,26
Nov.	49,27	24,41	22,15	4,18	46,55
Dez.	49,56	24,17	21,81	4,45	45,98
1995					
Jan.	49,61	24,15	21,77	4,46	45,93
Fev.	49,46	24,28	21,78	4,47	46,06
Mar.	49,65	24,05	21,92	4,39	45,96
Abr.	49,71	23,98	21,93	4,38	45,91
Mai	49,52	24,04	22,13	4,31	46,17
Jun.	49,39	24,12	22,07	4,43	46,19
Jul.	49,10	24,15	22,06	4,69	46,21
Ago	48,59	24,00	22,91	4,49	46,91
Set.	48,46	24,54	22,24	4,76	46,78
Out.	48,35	24,75	22,19	4,70	46,95
Nov.	48,28	24,74	22,42	4,56	47,16
Dez.	47,57	25,14	22,61	4,68	47,75
1996					
Jan.	47,96	24,86	22,60	4,58	47,46
Fev.	48,13	24,64	22,72	4,51	47,36
Mar.	47,95	24,55	22,83	4,67	47,38
Abr.	47,38	24,92	22,95	4,75	47,87
Mai	47,01	25,25	22,86	4,87	48,11
Jun.	46,59	25,28	23,40	4,73	48,68
Jul.	46,45	25,70	23,31	4,54	49,02

(continua)

Tabela 4

Participação percentual das categorias no total da população ocupada, no Brasil — jul /92-abr./98

ANOS E MESES	COM CARTEIRA ASSINADA	SEM CARTEIRA ASSINADA	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES	SETOR INFORMAL
Ago	46,81	25,59	22,94	4,66	48,53
Set	46,94	25,20	23,29	4,57	48,49
Out.	47,07	25,03	23,32	4,58	48,35
Nov	47,35	24,85	22,97	4,83	47,82
Dez	47,38	24,91	23,07	4,64	47,98
1997					
Jan	46,91	25,36	23,27	4,46	48,63
Fev.	47,13	24,96	23,29	4,62	48,25
Mar.	46,79	25,27	23,23	4,71	48,50
Abr	46,64	25,16	23,46	4,75	48,62
Mai	46,78	25,26	23,23	4,72	48,50
Jun.	47,00	25,28	23,14	4,58	48,42
Jul.	46,99	24,89	23,71	4,41	48,59
Ago	47,66	24,62	23,32	4,39	47,95
Set	47,13	25,08	23,41	4,38	48,49
Out	46,64	25,05	23,86	4,46	48,90
Nov.	46,94	24,52	23,96	4,58	48,48
Dez.	45,98	25,34	24,10	4,58	49,44
1998					
Jan.	46,96	24,70	23,74	4,60	48,44
Fev.	46,43	25,46	23,33	4,78	48,79
Mar.	46,20	25,43	23,65	4,72	49,08
Abr.	46,23	26,12	22,86	4,79	48,98

FONTE: Tabela 1.

NOTA: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e por conta própria.

Tabela 5

Índice do rendimento médio real, por posição na ocupação, no Brasil — jan /92-mar./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1992					
Jan.	90,07	91,54	95,66	83,49	71,68
Fev.	86,80	89,74	90,58	80,23	65,80
Mar.	87,81	91,86	90,00	80,81	65,29
Abr.	89,23	92,98	89,41	80,63	75,03
Mai	105,22	107,93	106,37	99,16	86,75
Jun.	102,16	104,85	106,04	94,37	84,96
Jul.	92,74	95,96	94,78	85,52	77,23
Ago.	92,87	95,58	94,72	86,27	78,07
Set.	99,05	102,30	107,20	87,24	81,94
Out.	95,22	99,55	101,25	85,87	72,78
Nov.	94,59	98,68	98,95	87,31	71,60
Dez.	98,96	103,80	101,25	89,82	73,71
1993					
Jan.	101,00	106,54	105,50	90,48	74,73
Fev.	97,27	102,00	100,53	88,02	75,68
Mar.	96,99	102,88	99,54	88,96	72,39
Abr.	101,80	108,17	105,38	91,34	77,89
Mai	101,74	106,08	109,26	92,66	78,94
Jun.	102,35	105,52	106,67	94,71	83,83
Jul.	102,36	106,14	105,84	96,74	82,15
Ago.	106,39	109,05	110,72	97,12	95,69
Set.	107,53	109,89	109,49	104,58	93,44
Out.	108,58	111,74	105,71	109,16	91,76
Nov.	109,86	113,46	106,72	101,07	107,94
Dez.	106,67	110,22	101,69	100,31	103,61
1994					
Jan.	108,13	111,38	110,88	99,51	103,52
Fev.	110,66	114,02	110,25	103,80	107,44
Mar.	117,86	119,15	120,38	112,63	120,10
Abr.	113,83	113,97	119,50	109,22	116,42
Mai	110,94	111,43	109,11	105,79	117,67
Jun.	101,01	101,23	104,85	97,60	99,65
Jul.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago.	102,55	100,45	101,59	104,07	108,87
Set.	102,45	98,10	101,65	105,49	115,72
Out.	101,93	98,39	103,06	108,09	112,44
Nov.	105,48	100,41	107,07	114,08	112,11
Dez.	106,03	99,19	116,32	111,97	111,51
1995					
Jan.	106,26	98,61	109,09	121,00	118,31
Fev.	109,28	101,27	116,46	122,96	118,45
Mar.	109,94	101,79	113,24	124,65	121,58
Abr.	110,51	102,70	113,57	128,51	118,47
Mai	112,65	105,61	117,81	126,55	116,78
Jun.	117,35	109,36	121,91	132,61	122,29
Jul.	117,73	109,65	129,51	127,76	120,72
Ago.	116,93	109,21	125,41	128,28	115,51
Set.	116,24	108,58	123,55	128,23	116,80
Out.	119,91	112,29	128,36	129,00	126,17
Nov.	120,19	111,02	131,71	135,65	120,44
Dez.	119,06	110,22	125,45	135,80	124,81

(continua)

Tabela 5

Índice do rendimento médio real, por posição na ocupação, no Brasil — jan./92-mar./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1996					
Jan.	119,43	110,98	124,05	134,14	122,94
Fev.	121,20	113,01	126,34	135,70	122,13
Mar.	119,34	110,99	123,24	131,56	122,92
Abr.	118,88	111,15	120,42	134,11	118,03
Mai	120,24	112,33	125,17	137,55	119,00
Jun.	125,14	116,68	131,46	139,26	128,89
Jul.	128,67	118,41	135,89	143,58	133,69
Ago.	126,28	118,38	135,02	142,62	120,44
Set.	123,45	117,02	129,16	139,25	118,37
Out.	126,96	117,53	136,24	137,93	128,79
Nov.	124,16	116,86	132,68	137,29	120,85
Dez.	124,72	117,59	133,52	141,16	122,48
1997					
Jan.	122,65	114,99	130,22	137,63	119,62
Fev.	122,53	114,55	130,09	137,85	118,76
Mar.	118,68	111,56	128,89	132,77	109,64
Abr.	120,07	111,88	127,93	132,56	117,97
Mai	122,95	114,53	129,91	139,75	121,31
Jun.	126,75	119,59	131,39	144,81	124,35
Jul.	129,54	122,61	133,73	147,09	125,44
Ago.	128,59	122,47	135,27	146,84	120,23
Set.	126,58	120,79	132,25	142,67	116,69
Out.	131,80	124,61	142,57	142,85	126,36
Nov.	129,33	121,12	142,66	144,01	124,52
Dez.	129,28	120,71	143,42	142,55	124,42
1998					
Jan.	128,05	118,09	137,75	143,35	127,99
Fev.	126,80	118,97	132,91	143,84	121,22
Mar.	122,69	115,32	130,57	133,62	119,77

FONTE: Tabela 2

NOTA: Base: jul./94 = 100.

Tabela 6

Índice da massa de rendimentos, por posição na ocupação, no Brasil — jul /92-mar/98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
1992					
Jul	89,50	97,25	84,95	79,02	79,79
Ago	90,12	97,00	85,27	81,43	80,79
Set	95,21	101,94	97,48	81,16	84,49
Out	92,49	99,46	94,33	81,36	74,68
Nov	91,95	98,50	94,03	81,30	73,01
Dez	97,06	103,69	96,31	86,39	77,21
1993					
Jan	99,11	107,66	98,97	85,51	80,76
Fev	95,26	102,79	95,60	82,58	79,25
Mar	95,18	103,08	95,68	84,30	75,27
Abr	99,52	108,58	101,10	85,84	78,49
Mai	99,55	106,47	104,46	88,15	79,61
Jun	100,35	106,78	102,34	89,00	84,89
Jul	100,92	108,69	100,39	91,25	86,73
Ago	104,83	110,78	106,35	91,44	100,17
Set	104,68	110,79	101,58	99,12	93,95
Out	107,04	114,05	99,74	104,89	91,05
Nov	108,49	114,33	102,32	98,23	109,41
Dez	105,20	111,13	97,20	98,46	100,53
1994					
Jan	107,70	112,41	107,71	98,87	103,14
Fev	110,16	113,82	108,68	104,12	107,73
Mar	117,13	119,60	118,53	111,80	117,01
Abr	112,59	114,01	117,01	107,79	113,51
Mai	109,80	111,78	105,89	104,82	114,29
Jun	100,57	101,54	102,38	98,20	101,06
Jul	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago	103,52	100,23	104,07	105,57	113,48
Set	104,29	98,67	105,57	108,16	121,43
Out	103,40	98,73	106,90	109,17	120,37
Nov	107,40	101,15	111,24	117,65	113,46
Dez	108,27	100,68	119,90	113,89	120,56
1995					
Jan	108,53	100,27	112,45	123,00	128,25
Fev	112,59	103,62	121,78	126,19	129,91
Mar	113,28	104,62	117,37	128,83	130,97
Abr	114,45	106,11	117,88	133,39	127,74
Mai	116,79	108,77	122,63	132,67	124,12
Jun	121,78	112,36	127,36	138,67	133,47
Jul	121,95	111,86	135,32	133,40	139,45
Ago	120,66	109,91	129,79	138,66	127,36
Set	119,04	108,10	129,67	133,46	135,47
Out	122,99	111,75	136,17	134,19	144,74
Nov	123,90	110,80	140,26	143,20	134,43
Dez	123,92	109,49	137,15	146,07	144,57
1996					
Jan	124,20	111,16	134,12	144,21	139,34
Fev	125,82	113,27	134,96	146,23	136,08
Mar	124,44	111,24	131,68	143,01	142,18
Abr	125,05	110,96	131,67	147,71	140,00
Mai	127,00	111,82	139,35	151,67	145,50

(continua)

Tabela 6

Índice da massa de rendimentos, por posição na ocupação, no Brasil — jul./92-mar./98

ANOS E MESES	POPULAÇÃO OCUPADA	EMPREGO		CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
Jun.	132,15	115,00	146,41	157,02	152,82
Jul.	135,39	116,01	153,39	160,83	151,61
Ago.	133,75	117,65	152,74	158,24	141,14
Set.	132,14	117,80	145,34	158,42	137,47
Out.	135,56	118,45	152,05	156,85	149,72
Nov.	132,27	118,20	146,65	153,41	147,85
Dez.	132,25	118,40	147,17	157,65	143,05
1997					
Jan.	128,93	113,81	145,09	153,88	133,29
Fev.	129,18	114,06	142,84	154,46	137,44
Mar.	125,43	110,60	143,69	148,82	129,73
Abr.	127,16	110,91	142,44	150,53	141,04
Mai.	130,27	113,86	145,22	157,16	144,19
Jun.	133,97	119,21	146,66	161,88	143,21
Jul.	137,10	122,49	147,31	168,82	139,42
Ago.	135,26	123,25	146,44	164,72	132,20
Set.	133,98	120,98	146,78	161,67	128,63
Out.	139,32	123,24	157,69	164,61	141,66
Nov.	136,29	120,25	154,02	166,21	142,86
Dez.	135,91	117,19	159,78	165,25	142,51
1998					
Jan.	134,73	117,16	149,63	163,75	147,51
Fev.	132,21	115,68	147,53	160,08	143,95
Mar.	129,77	112,99	146,61	152,60	142,09

FONTE: Tabelas 1 e 2

NOTA: Base jul./94 = 100.

Tabela 7

Participação percentual das categorias na massa de rendimentos, no Brasil — jul./92-mar./98

ANOS E MESES	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES	INFORMAL
1992					
Jul.	56,28	16,52	15,03	12,17	31,55
Ago.	55,84	16,50	15,40	12,26	31,90
Set.	55,52	17,84	14,52	12,12	32,36
Out.	56,01	17,85	15,05	11,08	32,91
Nov.	55,95	17,95	15,17	10,93	33,12
Dez.	56,11	17,52	15,36	11,01	32,88
1993					
Jan.	56,57	17,48	14,76	11,18	32,24
Fev.	56,19	17,56	14,83	11,42	32,39
Mar.	56,40	17,59	15,15	10,85	32,75
Abr.	56,72	17,75	14,73	10,80	32,48
Mai	55,59	18,33	15,12	10,95	33,45
Jun.	55,39	17,84	15,17	11,60	33,01
Jul.	55,66	17,28	15,35	11,70	32,63
Ago.	54,58	17,61	14,80	13,00	32,41
Set.	54,78	16,88	16,10	12,24	32,98
Out.	55,36	16,27	16,73	11,64	33,00
Nov.	54,49	16,39	15,38	13,74	31,77
Dez.	54,84	16,12	15,96	13,07	32,08
1994					
Jan.	53,97	17,38	15,60	13,05	32,98
Fev.	53,45	17,15	16,07	13,33	33,22
Mar.	52,69	17,55	16,18	13,58	33,73
Abr.	52,14	17,98	16,20	13,68	34,18
Mai	52,75	16,79	16,25	14,21	33,04
Jun.	52,12	17,66	16,56	13,67	34,22
Jul.	51,86	17,43	17,04	13,67	34,47
Ago.	50,17	17,50	17,36	14,97	34,86
Set.	48,93	17,59	17,62	15,86	35,21
Out.	48,82	17,76	17,73	15,68	35,50
Nov.	48,85	18,05	18,67	14,44	36,72
Dez.	47,91	19,17	17,81	15,12	36,98
1995					
Jan.	47,24	17,80	19,04	15,92	36,84
Fev.	47,05	18,58	18,83	15,54	37,41
Mar.	47,36	17,86	19,16	15,62	37,02
Abr.	47,54	17,75	19,63	15,08	37,38
Mai	48,07	18,21	19,26	14,45	37,48
Jun.	47,63	18,14	19,31	14,91	37,46
Jul.	47,02	19,11	18,42	15,44	37,54
Ago.	47,24	18,75	19,58	14,42	38,33
Set.	46,75	18,85	18,96	15,44	37,81
Out.	46,61	19,09	18,39	15,91	37,48
Nov.	46,09	19,61	19,57	14,73	39,18
Dez.	45,31	19,07	19,86	15,76	38,93
1996					
Jan.	46,25	18,75	19,72	15,28	38,47
Fev.	46,71	18,70	19,81	14,78	38,51
Mar.	46,36	18,44	19,58	15,61	38,03
Abr.	46,11	18,39	20,17	15,33	38,56
Mai	45,30	18,97	20,19	15,53	39,16
Jun.	44,91	19,21	20,15	15,73	39,36
Jul.	44,56	19,80	20,30	15,34	40,10

(continua)

Tabela 7

Participação percentual das categorias na massa de rendimentos, no Brasil — jul /92-mar /98

ANOS E MESES	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES	INFORMAL
Ago	45,57	19,88	20,14	14,41	40,02
Set	46,21	19,16	20,42	14,21	39,58
Out	45,47	19,61	19,78	15,14	39,39
Nov	46,02	19,19	19,62	15,17	38,81
Dez	46,01	19,22	20,13	14,65	39,34
1997					
Jan	45,85	19,64	20,37	14,15	40,01
Fev.	45,80	19,28	20,38	14,54	39,65
Mar	45,71	19,96	20,21	14,13	40,16
Abr.	45,19	19,51	20,15	15,14	39,66
Mai	45,13	19,34	20,47	15,06	39,81
Jun	45,95	19,00	20,50	14,55	39,50
Jul.	46,36	18,74	21,00	13,91	39,73
Ago.	47,15	18,82	20,70	13,32	39,53
Set.	47,02	19,17	20,64	13,17	39,81
Out	46,05	19,80	20,21	13,95	40,01
Nov.	45,50	19,59	20,67	14,24	40,25
Dez.	44,61	20,44	20,66	14,29	41,10
1998					
Jan	45,04	19,33	20,68	14,94	40,02
Fev	45,23	19,38	20,56	14,83	39,95
Mar.	45,23	19,72	20,07	14,99	39,79

FONTE: Tabelas 1 e 2

NOTA: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e por conta própria

Bibliografia

- AMADEO, Edward (1995). Real: desempenho sombrio do emprego industrial. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.2, p.3-4, jul.
- AMADEO, Edward (1996). Ajuste empresarial, emprego e terceirização. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Nobel, v.16, n.1, p.21-36, jan./mar.
- AMADEO, Edward; CAMARGO, José M.; GONZAGA, Gustavo (1995). Salário mínimo e informalidade. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.1, p. 2-4, abr.
- BALTAR, Paulo E.A. (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP, n.6, p.75-112, jun.

- BALTAR, Paulo E.A. (1997). Tendências do mercado de trabalho no Brasil. **Boletim CESIT**, Campinas : UNICAMP, Instituto de Economia, n.2, nov.
- BALTAR, Paulo E.A.; MATTOSO, Jorge E.L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre : FEE, v.18, n.1., p.13-40.
- CACCIAMALI, Maria C. (1995). Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, São Paulo. **Anais**... São Paulo : ANPEC. v.2.
- CAMARGO, José M. (1995). Desemprego; o coelho sumiu. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.3, p.2-4, out.
- CAMARGO, José M. (1996). Flexibilidade e desemprego. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.4, jan.
- DEDECCA, Claudio S. (1997). Desemprego no Brasil: um fenômeno heterogêneo. **Boletim CESIT**, Campinas : UNICAMP, Instituto de Economia, n.1, jul.
- FLIGENSPAN, Flávio B. (1995). Reestruturação e ganhos de produtividade na indústria brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre : FEE, v.4, n.10, p.1-6, maio.
- MATTOS, Fernando A. M.; CARDOSO JÚNIOR, José C. (1998). A questão distributiva no Plano Real. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., Niterói. **Anais** ... Niterói : Sociedade Brasileira de Economia Política.
- MATTOSO, Jorge E.L.; OLIVEIRA, Carlos A.E. de, org. (1996). **Crise e trabalho no Brasil**. Campinas : Página Aberta.
- MENDONÇA, Sérgio E.A. (1997). O Plano Real e as negociações coletivas: há algo de novo? **Boletim CESIT**, Campinas : UNICAMP, Instituto de Economia, n.2, nov.
- NERI, Marcelo. (1997). Trabalhadores por conta-própria, precaridade e o nascimento das pequenas empresas. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.5, n.2, jul.
- PARTICIPAÇÃO de salários no PIB cai para 38%. (1997). **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 dez, p.2-5.

- PERO, Valéria (1995). Qualidade do emprego no início dos anos 90. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.2, p.2, jun.
- PERO, Valéria (1996). Diferencial de renda entre trabalhadores formais e informais. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.4, n.2, set.
- PERO, Valéria; SOARES, Rodrigo R. (1995). O que é desemprego tecnológico?. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, v.3, n.3, p.2, out.
- POCHMANN, Márcio (1997). O comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no período recente no Brasil: considerações gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., São Paulo. **Anais...** São Paulo : Sociedade Brasileira de Economia Política. v.2.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques (1997). **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo : Nobel.